



SENADO FEDERAL
Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA)

Data da reunião: 04/08/2016
Presidente: Senadora Ana Amélia

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	<p>PLC 9/2015</p> <p>Ementa: Altera dispositivo da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, para proibir a soltura, no ambiente natural, de organismos aquáticos geneticamente modificados.</p> <p>Autoria: Deputado Nelson Meurer</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador José Medeiros	Pela aprovação do PLC nº 9/2015 com a emenda que apresenta. [relatório]	<p>O PLS visa a alterar a redação do parágrafo único do art. 22 da Lei nº 11.959, de 2009, para especificar vedação à soltura de organismos aquáticos geneticamente modificados no ambiente natural e para retirar a exigência de que os organismos estejam caracterizados em lei para que se observe a limitação à soltura.</p> <p>O relator propõe emenda de redação para deixar claro que a proibição de soltura é para todos os organismos geneticamente modificados (OGM) enquadráveis na Lei de Biossegurança.</p> <p>1- O Projeto foi apreciado pela CMA, tendo sido aprovado Parecer pela rejeição. 2- O Projeto constou da Pauta da 7ª e 10ª Reunião da CRA. 3- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
2	<p>PLS 181/2007</p> <p>Ementa: Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, e dá outras providências.</p> <p>Autoria: Senador Paulo Paim</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Acir Gurgacz	<p>Pela aprovação do PLS nº 181/2007, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).</p> <p>[relatório]</p>	<p>O projeto veda a fabricação de gordura vegetal hidrogenada no País e determina que os estabelecimentos que comercializarem alimentos contendo essa substância não serão licenciados nem terão seus alvarás sanitários renovados. A proposição entra em vigor dois anos após a data de sua publicação e, após decorridos noventa dias da publicação, todos os produtos que contiverem gordura trans deverão ser identificados por meio de uma tarja preta.</p> <p>Na CAS, foi aprovado substitutivo ao projeto, que prevê a redução gradual dos teores de gordura trans nos produtos alimentícios, com limites a serem definidos pela autoridade sanitária federal em função do tipo de alimento. Ademais, faz ajustes de caráter redacional.</p> <p>1- Não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental.</p> <p>2- O Projeto foi apreciado pela CAS, com Parecer favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).</p> <p>3- O Substitutivo aprovado será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
3	<p>PLS 258/2010</p> <p>Ementa: Institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR).</p> <p>Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Ronaldo Caiado	Pela rejeição do PLS nº 258/2010. [relatório]	<p>Institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR). O PLS estabelece que o objetivo da lei a ser criada é "orientar a ação do poder público para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais do País". Define o que são os territórios, estabelece os princípios e os objetivos e define as diretrizes que deverão reger a PDBR. O art. 6º obriga o Poder Público a "respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar as ações da PDBR".</p> <p>A proposição cria o Sistema Nacional de Informações sobre o Desenvolvimento do Brasil Rural (SNIDBR), que organizará o registro informatizado da situação do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais. Define atributos essenciais do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR), com vigência quadrienal correspondente à do Plano Plurianual (PPA). Elege a Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, com a periodicidade máxima de quatro anos, como a instância responsável pela formulação das diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural.</p> <p>Por fim, lista as entidades que integrarão o PDBR, como instâncias de planejamento, regulação, coordenação, articulação, deliberação, execução, fiscalização e monitoramento.</p> <p>As Emendas nºs 1 e 2, aprovadas na CCJ/CMA/CAE, e Emenda nº 3-CMA/CAE restauram a constitucionalidade da proposta, afastando-se o vício de iniciativa ou invasão de prerrogativa do Poder Executivo.</p> <p>O relator opina pela rejeição do projeto, ao entendimento de que os objetivos da proposição já estão contemplados no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS) e em diversos programas e ações do MDA desde 2013.</p> <p>1- Não foram apresentadas emendas perante a CCJ no prazo regimental. 2- O Projeto foi apreciado pelas seguintes Comissões: CCJ: Parecer favorável com as Emendas nº 1 e 2-CCJ; CMA: Parecer favorável com as Emendas nº 1 e 2-CCJ/CMA e Emenda nº 3-CMA; CAE: Parecer favorável com as Emendas nº 1 e 2-CCJ/CMA/CAE e Emenda nº 3-CMA/CAE. 3- Em 13/04/2016, o Senador Paulo Rocha apresenta o Voto em Separado pela aprovação do PLS nº 258/2010, com as Emendas nº 1 e 2-CCJ/CMA/CAE e a Emenda nº 3-CMA/CAE. 4- O Projeto constou da Pauta da 7ª e 10ª Reunião da CRA. 5- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
4	<p>PLS 77/2014</p> <p>Ementa: Especifica os atributos da cachaça, estabelece regras para uso das indicações geográficas para o produto, tipifica a cachaça artesanal produzida por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, estabelece requisitos e limites para a produção e comercialização da cachaça artesanal, define diretrizes para o registro e a fiscalização do estabelecimento produtor, e dá outras providências.</p> <p>Autoria: Senador Vital do Rêgo</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Acir Gurgacz	<p>Pela rejeição do PLS nº 77/2014.</p> <p>[relatório]</p>	<p>O projeto traça diretrizes para a produção da cachaça artesanal. Dentre as disposições, destacam-se: a) a especificação dos atributos da cachaça; b) o estabelecimento das expressões "cachaça", "Brasil", "cachaça do Brasil", "cachaça produzida por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural" ou "cachaça artesanal" como indicações geográficas; c) a tipificação da cachaça produzida por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural; d) o estabelecimento de requisitos e limites para a sua produção e comercialização; e e) a definição de diretrizes para o registro e a fiscalização do estabelecimento produtor.</p> <p>O relator opina pela rejeição do projeto, por entender que, nos pontos em que o PLS inova na ordem jurídica, traz regras excessivamente restritivas, que terminarão por excluir dos benefícios da Lei a maioria dos pequenos produtores brasileiros.</p> <p>1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2- O Projeto constou da Pauta da 10ª Reunião da CRA. 3- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação.</p>
5	<p>PLS 254/2014</p> <p>Ementa: Estabelece diretrizes para o desenvolvimento da equideocultura brasileira.</p> <p>Autoria: Senador Antonio Aureliano</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Acir Gurgacz	<p>Pela aprovação do PLS nº 254/2014, com a emenda que apresenta.</p> <p>[relatório]</p>	<p>O projeto prevê diretrizes à elaboração de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da equideocultura. Estabelece, entre outras, regras para: monitoramento dos rebanhos; assistência técnica e extensão rural; desenvolvimento de pesquisa e inovação tecnológica das cadeias produtivas de equídeos; otimização do controle sanitário dos rebanhos; comercialização; financiamento e fomento do seguro rural na equideocultura.</p> <p>O relator opina pela aprovação do PLS, com emenda que acrescenta novo capítulo para tratar da "Atividade Turfística e do Fomento à Equideocultura" e, conseqüentemente, revogar o Título III – Atividade Turfística – da atual Lei nº 7.291/1984.</p> <p>1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2- Em 11/12/2014, a CRA realiza Audiência Pública para instrução do Projeto. 3- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
6	<p>PLS 268/2014</p> <p>Ementa: Altera as Leis nºs 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e 12.787, de 11 de janeiro de 2013, para promover o uso sustentável dos equipamentos de irrigação na agricultura brasileira.</p> <p>Autoria: Senador Fleury</p> <p>[tramitação]</p> <p>PLS 382/2014</p> <p>Ementa: Altera as Leis nºs 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e 12.787, de 11 de janeiro de 2013, para promover o uso sustentável dos equipamentos de irrigação na agricultura brasileira.</p> <p>Autoria: Senador Wilder Moraes</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativos</p>	Senador Cidinho Santos	<p>Pela aprovação do PLS nº 268/2014, com a emenda que apresenta, e prejudicialidade do PLS nº 382/2014.</p> <p>[relatório]</p>	<p>O PLS 268/2014 modifica a Lei nº 8.171/1991, a fim de priorizar o uso sustentável de equipamentos na política de irrigação e drenagem. Modifica também a Lei nº 12.787/2013 para definir o conceito de energia fotovoltaica e priorizar, na gestão da Política Nacional de Irrigação, pesquisas para promover a alocação sustentável dos equipamentos, incentivando o uso de fontes alternativas de energia, a exemplo da energia solar fotovoltaica.</p> <p>O relator opina pela aprovação do PLS 268/2014 e pela prejudicialidade do PLS 382/2014, já que este trata de matéria idêntica àquele e foi proposto mais recentemente. Por entender que a redação original do projeto induz ao direcionamento da política energética para a modalidade solar fotovoltaica, em detrimento de outras fontes renováveis, como a eólica, a biomassa ou as pequenas centrais hidrelétrica, apresenta emenda para incluir essas modalidades no rol de energias renováveis a serem priorizadas pela política de irrigação.</p> <p>1- Não foram apresentadas emendas perante a CMA no prazo regimental. 2- O Projeto foi apreciado pela CMA, com Parecer favorável ao PLS 268/2014 e prejudicialidade do PLS 382/2014. 3- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação.</p>
7	<p>PLS 186/2015</p> <p>Ementa: Altera o art. 17 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, a fim de estabelecer limite para aquisição de leite no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.</p> <p>Autoria: Senador Cássio Cunha Lima</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Benedito de Lira	<p>Pela aprovação do PLS nº 186/2015.</p> <p>[relatório]</p>	<p>O projeto acrescenta o §2º ao art. 17 da Lei nº 12.512, de 2011, para determinar, com vistas a viabilizar a produção leiteira pelos agricultores familiares, que o limite de aquisição do PAA-Leite a ser estabelecido em regulamento deverá garantir a compra de pelo menos cento e cinquenta litros de leite por dia de cada produtor pelo período a que se refere o limite.</p> <p>1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação.</p>

Item	Identificação da matéria
8	<p>RRA (REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA) 41/2016</p> <p>Ementa: Requer, com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, a realização de Audiência Pública, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 436, de 2012, que acrescenta o art. 253-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a jornada de trabalho dos empregados em atividades de abate e processamento de carnes, com a participação dos seguintes convidados: Representante das Centrais Sindicais dos Trabalhadores; Representante das Centrais Sindicais dos Empregadores; Representante da Associação Nacional da Magistratura do Trabalho – ANAMATRA; Representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social; Representante do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.</p> <p>Autoria: Senador José Medeiros</p>

Item	Identificação da matéria
9	<p>RRA (REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA) 43/2016</p> <p>Ementa: Requer, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 32, de 2016, para incluir como convidado na Audiência Pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, no dia 25/08/2016, destinada a discutir o cancelamento das atividades de preparação do Censo Agropecuário de 2017, o Sr. Alberto Ercílio Broch - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG.</p> <p>Autoria: Senadora Ana Amélia</p>
10	<p>RRA (REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA) 44/2016</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 93, inciso I, combinado com o art. 104-B, inciso XIV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 734, de 2015, de autoria do Senador WELLINGTON FAGUNDES, que altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para tratar da medição e demarcação de lotes distribuídos para fins de reforma agrária e para ampliar a gratuidade da alienação desses imóveis cujas áreas não ultrapassem dois módulos fiscais, com a participação dos seguintes convidados, sem prejuízo de posterior aditamento: Representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).</p> <p>Autoria: Senador José Medeiros</p>

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.